

BREVE HISTÓRIA DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA

Dom Geraldo Lyrio Rocha*

Resumo: *Ninguém ama o que não conhece.* Quanto mais se conhece, se ama; e quanto mais se ama, mais se deseja conhecer. Daí a importância de procurar conhecer a história e a realidade social, econômica, política, cultural e religiosa da porção do Rebanho de Cristo confiada aos nossos cuidados de pastores. Neste contexto, situa-se este breve artigo sobre a história da Igreja particular de Mariana. Sem pretensão acadêmica e sem o necessário arcabouço historiográfico, elaborei este texto que me obrigou a ir às fontes de nossa história e aí colher os aspectos que mais me chamaram a atenção. O que aqui apresento certamente não traz novidades ao que outros, com muito maior competência, já apresentaram da bela e longa história desta quase tricentenária Igreja particular.

Palavras-chave: História; Arquidiocese de Mariana; Igreja.

Riassunto: *Non si ama ciò che non si conosce.* Più si conosce, più si ama; e quanto più si ama più si vuole conoscere. Da qui l'importanza di cercare di conoscere la storia e la realtà sociale, economica, politica, culturale e religiosa della porzione di Cristo affidata alla cura dei nostri pastori. Questo è il contesto in cui si trova questo breve articolo sulla storia della chiesa particolare di Mariana. Senza pretese accademiche e senza la necessaria cornice storiografica, ho preparato questo testo che mi ha costretto ad andare alle fonti della nostra storia e raccogliere in esse gli aspetti che più hanno attirato la mia attenzione. Ciò che sto presentando qui certamente non è una novità rispetto a ciò che altri, con una competenza molto maggiore, hanno già presentato dalla bella e lunga storia di questa quasi tricentenaria Chiesa particolare.

Parole chiave: Storia; Arcidiocesi di Mariana; Chiesa.

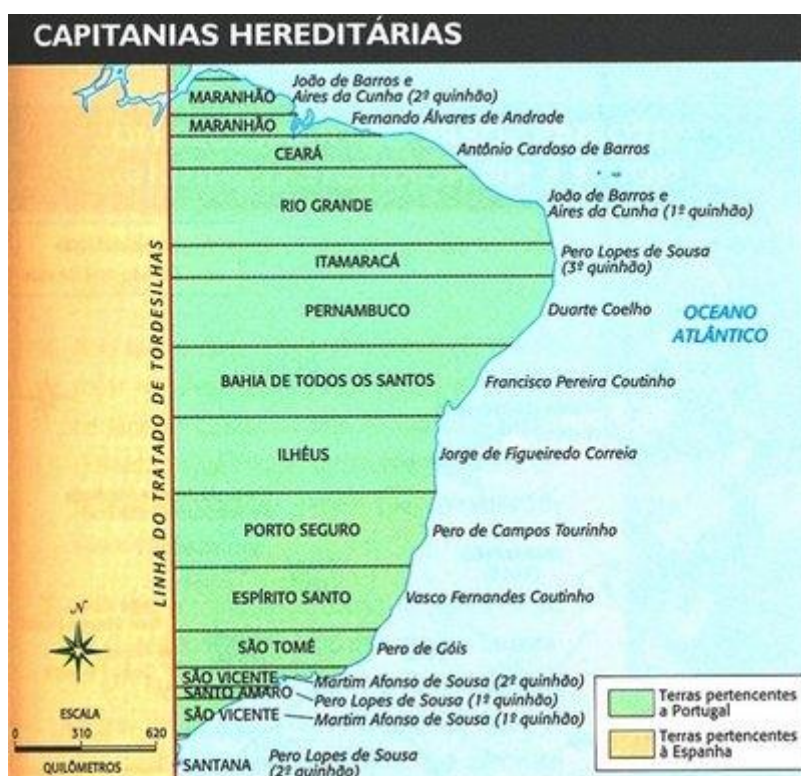
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Embora os portugueses tenham chegado à Terra de Santa Cruz em 1500, a colonização somente teve início em 1530, com Martim Afonso de Souza e com a divisão do território português. Em 1534, D. João III, rei de Portugal, dividiu o território brasileiro em grandes faixas, chamadas Capitâneas Hereditárias (pois passavam de pai para filho), que se constituíram num sistema de administração territorial, e as entregou a particulares, principalmente nobres. Essa iniciativa de D. João III tinha o objetivo de colonizar o Brasil e evitar as invasões estrangeiras. Os que recebiam a concessão de uma capitania chamavam-se donatários e tinham o dever de colonizar, proteger e administrar o território que lhes fora confiado, e o direito de explorar os recursos naturais daquele território. O sistema de Capitâneas Hereditárias, que vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal, fracassou, pois só prosperaram as capitâneas de São Vicente e

* Arcebispo Emérito de Mariana. O presente texto é um registro da conferência de abertura do Simpósio Acadêmico Filosófico-Teológico “A história da Igreja Particular de Mariana: Memória e Testemunho”, promovido pela Faculdade Dom Luciano Mendes em parceria com o Instituto Teológico São José da Arquidiocese de Mariana, no período de 02 a 04 de fevereiro de 2019. A publicação do texto foi autorizada pelo próprio autor.

de Pernambuco. Tal fracasso se deve a muitos fatores, entre os quais, a grande extensão territorial para administrar, a falta de recursos econômicos e a resistência dos índios diante da ocupação portuguesa.

Eram treze as Capitânicas Hereditárias criadas por Dom João III: Capitania do Maranhão; Capitania do Ceará; Capitania do Rio Grande; Capitania de Itamaracá; Capitania de Pernambuco; Capitania da Bahia de Todos os Santos; Capitania de Ilhéus; Capitania de Porto Seguro; Capitania do Espírito Santo; Capitania de São Tomé; Capitania de São Vicente; Capitania de Santo Amaro; Capitania de Santana.



Deve-se aos bandeirantes o desbravamento da região compreendida hoje pelo estado de Minas Gerais. Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais. No início do século XVIII, a região tornou-se um importante centro econômico da colônia, com rápido povoamento. Por volta de 1750, a produção de ouro começou a cair, e Portugal criou formas cada vez mais rígidas de arrecadação de impostos. Isso provocou grande revolta contra a Metrópole, o que deu origem à Inconfidência Mineira.

2. MARIANA, SEDE PRIMACIAL DE MINAS

Aos 16 de julho de 1696 chegaram os bandeirantes, vindos de Taubaté – SP, tendo à frente o Coronel Salvador Furtado de Mendonça, e se localizaram às margens de um riacho a que denominaram Ribeirão do Carmo, por ser esse dia dedicado a Nossa Senhora do Carmo. Portanto, aqui nasceu Minas Gerais. A região era habitada por povos indígenas e se localizava na área compreendida pela Capitania do Espírito Santo. Outras partes do estado de Minas localizavam-se nas Capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, São Tomé e São Vicente.

Em 1711 o arraial torna-se a primeira vila de Minas Gerais que, em vista da criação da nova diocese, foi elevada à categoria de cidade, no dia 23 de abril de 1745, pelo rei Dom João V que lhe deu o nome de Mariana, em homenagem à sua esposa a rainha Maria Anna d'Áustria. Cumpria-se, dessa forma, um requisito medieval, pois os bispos não podiam residir em vilas, mas somente em cidades. A planta da nova cidade, localizada em terrenos doados pelo bandeirante Antônio Pereira, foi traçada por José Fernandes Pinto Alpoim.

Mariana é a primeira vila, primeira cidade, primeira capital e primeira diocese de Minas Gerais. Por isso é intitulada Primaz de Minas. “É aqui, incontestavelmente, que se abre o período histórico da Igreja, em Minas; foi à tarde desse luminoso domingo, no momento em que ali, no *Mata Cavalos*, o capelão da comitiva, esse benemérito e, ingratamente, olvidado apóstolo da zona do Carmo – Padre Francisco Gonçalves Lopes – erguia o primeiro definitivo altar da terra mineira, que se há de fixar, na realidade, a era cristã de Minas Gerais” diz o Côn. Raymundo Trindade (1928, p. 15).

3. A CRIAÇÃO DA DIOCESE

A diocese de Mariana, criada em 1745, é a primeira do interior do Brasil. Como a colonização portuguesa se iniciou no litoral, aí se localizaram as primeiras dioceses: Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São Luís do Maranhão e Belém do Pará. Foi o Conde de Assumar que, em 1720, propôs a criação de uma diocese em Minas Gerais e outra em São Paulo. Essa proposta vinha ao encontro dos interesses geopolíticos de Portugal, pois,

preparava o terreno para o reconhecimento papal da expansão portuguesa em direção ao Oeste, deslocando assim definitivamente a linha divisória do Tratado de Tordesilhas. O **Tratado de Tordesilhas**, assinado em 1494, foi celebrado entre o Reino de Portugal e o recém formado Reino da Espanha para dividir as terras, fora da Europa, “descobertas e por descobrir” por ambas as Coroas. Em 1750, foi substituído pelo **Tratado de Madrid**, firmado entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, para colocar fim às disputas, definindo os limites entre suas colônias na América do Sul.

A criação das novas dioceses somava os interesses do expansionismo português com o projeto eclesiástico de constituir um clero nativo nas colônias ultramarinas (KANTOR, 1996, p. 32). “As dioceses, centro de poder da coroa nas conquistas do império português, revelaram-se fundamentais na tentativa de união de forças a serviço da colonização” (SANTOS, 2010, p. 123).

Os motivos da escolha de Mariana para sede do novo bispado foram apresentados pelo cronista do panegírico intitulado *Áureo Trono Episcopal*, elaborado por ocasião da entrada solene do primeiro bispo de Mariana. Esse precioso documento diz que são três as razões que justificam essa predileção por parte do rei de Portugal: A primeira é de natureza cronológica, pois a vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo é a mais antiga povoação da região mineradora e aqui foi erguida a primeira capela. A segunda razão é de ordem política, talvez a mais determinante, pois evoca a sedição de Vila Rica, em 1720, contra o Conde de Assumar, governador da Capitania de Minas Gerais. Os moradores de Ribeirão do Carmo ofereceram apoio ao governador. A fidelidade para com a coroa portuguesa pode ter sido recompensada com o trono episcopal. A terceira razão é de ordem geográfica, pois a vila do Ribeirão do Carmo fica no meio, no coração do território da nova diocese (KANTOR, 1996, p. 45). Para Dom João V, a Vila do Carmo havia se distinguido pela fidelidade a sua coroa. Por isso, prometera gratificá-la. A ocasião que se apresentava foi a criação do bispado. Em 1727, o rei ordenou a paralisação do canteiro de obras da catedral em Vila Rica. Em 1745 o rei anuncia a escolha da Vila do Carmo à revelia dos pareceres contrários e debaixo dos protestos de São João del Rei (SANTOS, 2010, p. 77).

Em 1745, pela bula *Candor lucis aeternae*, o Papa Bento XIV criou a diocese de Mariana, desmembrada do Rio de Janeiro, juntamente com a diocese de São Paulo e as prelações de Goiás e Cuiabá. A criação dessa diocese marca novo momento na geopolítica de

colonização do sertão mineiro. Com sua instalação, modificam-se as relações entre as diversas esferas do poder. Torna-se mais complexo o quadro de forças políticas configurado pela atuação das irmandades, câmaras locais, clero e autoridades (KANTOR, 1996, p. 45).

4. A SÉ DE MARIANA

A igreja matriz dedicada a Nossa Senhora da Conceição foi elevada à categoria de catedral de Nossa Senhora da Assunção. A mudança do título se deve a um voto do rei de Portugal quando, em 1385, o reino português se encontrava ameaçado pelo reino de Castela. A razão era a sucessão ao trono de Portugal, ambicionado pelo rei de Castela que, através das complicadas linhas dinásticas, era um dos pretendentes. Os portugueses, comandados por aquele que seria D. João I, resistiram às pretensões de Castela. O momento decisivo da disputa se deu na manhã de 14 de agosto de 1385, na célebre batalha de Aljubarrota onde os portugueses, com um exército visivelmente inferior, venceram as armas de Castela, na véspera da festa da Assunção de Maria. Os lusitanos tomaram essa vitória como um verdadeiro milagre e o atribuíram a Nossa Senhora da Assunção. Para agradecer à Senhora, os benefícios e a salvação de Portugal nesse momento de tantos perigos, Dom João I determinou que de então em diante, todas as catedrais do Reino fossem consagradas a Nossa Senhora da Assunção (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 105). Ao que tudo indica, D. João V, em 1745, fez cumprir esse voto em Mariana e São Paulo, as duas dioceses irmãs gêmeas, criadas pela mesma bula pontifícia.

O documento papal estabelecia que o bispado de Mariana se limitava com os bispados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a prelazia de Goiás, a arquidiocese de São Salvador da Bahia e o bispado de Pernambuco. A jurisdição do bispado de Mariana não correspondia exatamente à Capitania de Minas Gerais. Seu território foi delimitado pelos rios: Jequitinhonha, ao Norte; São Francisco, a Oeste; Rio Doce, a Leste; Rio Paraíba, ao Sul. Assim, parte do território do Norte de Minas pertencia ao arcebispado da Bahia; a parte que se encontrava além do Rio São Francisco era do bispado de Pernambuco; o Triângulo mineiro estava ligado à prelazia de Goiás, e parte do Sul de Minas ficava no bispado de São Paulo.

Diz-nos Mons. Flávio Carneiro Rodrigues: “O território coberto pela diocese primaz de Minas, que compreendia a região mineira então habitada (*centro e sudeste*), aproximadamente um quinto do Estado, hoje repartido entre sete províncias eclesiais, se subdividiu numa radiosa constelação de bispados: Diamantina, Pouso Alegre (parte), Campanha (parte), Belo Horizonte, Caratinga, Juiz de Fora, Luz (parte), Leopoldina, São João del Rei e Itabira-Fabriciano. A sua catedral tornou-se assim a mãe dadivosa de tantas outras catedrais” (RODRIGUES, 2008, p.20).

5. O CABIDO

No dia 27 de novembro de 1748, Dom Frei Manoel da Cruz nomeou os primeiros cônegos. No dia 06 de dezembro, eles se reuniram, pela primeira vez, o palácio episcopal. No dia 07 de dezembro eles tomaram posse de suas cadeiras na Catedral.

Foram muitos os desencontros e atritos entre Dom Frei Manoel e o Cabido. Ficou famoso o confronto entre o Cabido e o Bispo por causa intrincada questão da entronização dos Três Corações de Jesus. Maria e José (VASCONSCÉLOS, 2014, p. 94). Essa questão merece um aprofundamento maior, pois, ela envolve muitas implicações, sobre as quais parece não haver total coincidência entre os historiadores.

Ao que parece, foram os desencontros com o Cabido que levaram Dom Pontével a transferir a residência episcopal para Vila Rica (VASCONSCÉLOS, 2014, p. 110). Embora haja importantes publicações sobre o Cabido de Mariana, a meu ver, sua história merece também maior aprofundamento pelos múltiplos aspectos nela envolvidos.

6. O SEMINÁRIO

Muito fecundo foi o pastoreio de Dom Frei Manoel da Cruz. Mas, conforme salientou Diogo de Vasconcelos, “nenhum serviço, porém foi maior do que a fundação do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte” (VASCONSCÉLOS, 2014, p. 112).

O seminário “foi o primeiro estabelecimento de ensino em Minas, e, se é certo que homens notabilíssimos brilharam no cenário de nossa história, quer no estado eclesiástico, quer no político, todo o esplendor que deles ainda refulge e se derrama em honra do passado foi daquela casa que saiu. O Seminário de Mariana foi, sem contestação, a *alma mater* da vida intelectual da nossa pátria” (VASCONSCELOS, 2014, p. 105).

Com a preciosa colaboração de Mons. Celso Murilo Sousa Reis, Mons. Roberto Natali Starlino e do Côn. Lauro Sérgio Versiani Barbosa, foi possível recuperar, ao menos em parte, a cronologia do Seminário de Mariana: Data de fundação: 20 de dezembro de 1750

O Seminário ficou a cargo dos Jesuítas, desde a fundação até 1758, quando a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e de suas colônias.

Eventuais interrupções: Na sede vacante após o governo de Dom Frei Manoel da Cruz e até a nomeação de Dom Joaquim Borges de Figueiroa, houve alguns anos de interrupção dos trabalhos do Seminário, parece que, pelo menos, uns quatro anos (1769-1772. No período de Dom Frei Cipriano até a chegada de Dom Frei José da Santíssima Trindade houve uma interrupção (mais ou menos entre 1812 a 1820).

O Seminário foi reaberto em 23 de janeiro de 1821. Em 27 de agosto de 1842, foi fechado em decorrência da Revolução Liberal e transformado em quartel. Foi reaberto por Dom Viçoso, com a nomeação de um reitor em 1844. Com Dom Viçoso, o Seminário Maior (Curso de Teologia) foi transferido para o Caraça em 1854, onde permaneceu 28 anos, retornando para Mariana em 1882, já no episcopado de Dom Benevides.

Em 15 de agosto de 1934, Dom Helvécio Gomes de Oliveira inaugurou o Seminário São José, separando em casas distintas o Seminário Maior e o Seminário Menor.

No dia 8 de setembro de 1966, o Seminário Maior interrompeu seu funcionamento, com a saída dos Padres Lazaristas. O Seminário Menor continuou funcionando um pouco mais de tempo.

Aos 20 de fevereiro de 1967, o Seminário Maior retomou suas atividades, sob a direção dos padres diocesanos e Mons. Geraldo Majela Reis assumiu as funções de Reitor.

Dom Oscar de Oliveira inaugurou o Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção (onde hoje se encontra a Comunidade da Filosofia), aos 15 de agosto de 1980.

Desejoso de que a Universidade Federal de Ouro Preto implantasse cursos em Mariana, Dom Oscar doou terrenos do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, com: escritura firmada aos 15 de dezembro de 1980 e comodatos dos prédios datados de 02 de dezembro de 1982.

Em 1988 foi criado o curso do Propedêutico na Arquidiocese de Mariana, morando os seminaristas no Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção. Em 1996 foi instalado o Propedêutico em Barbacena junto à Paróquia S. José Operário. Em 2001, com a aquisição da casa das Irmãs do Bom Pastor foi instalado definitivamente nessa casa.

A partir do segundo semestre de 1991, depois de ouvir o Clero, Dom Luciano Mendes de Almeida determinou a separação das comunidades da Filosofia e da Teologia.

Dom Luciano adquiriu o antigo Convento das Irmãs do Bom Pastor, em Barbacena e aí instalou o Curso Propedêutico.

A partir do segundo semestre de 1991 até o primeiro semestre de 2002, o Seminário Menor funcionou no antigo noviciado das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, onde atualmente se encontra o Centro Pastoral.

Aos 15 de agosto de 2002, Dom Luciano inaugurou o novo prédio do Seminário Menor junto à Igreja de São Pedro.

Em 2005, o Seminário Menor (Comunidade Vocacional interna) interrompeu suas atividades. Entretanto, no segundo semestre letivo, os alunos remanescentes moraram no antigo Carmelo Santa Teresinha, hoje ligado ao prédio da Teologia e foram acompanhados pelo então reitor da Teologia, Pe. Tarcísio Moreira.

Em fevereiro de 2008, depois de ouvir o Clero, Dom Geraldo Lyrio Rocha reabriu a Comunidade Vocacional interna junto à Basílica de São José, em Barbacena.

Em fevereiro de 2011, a Comunidade Vocacional foi transferida para a Paróquia de São Sebastião, em Barbacena. No início do ano letivo de 2017, a Comunidade Vocacional se transferiu para Mariana, onde se encontra atualmente.

7. OS BISPOS

Novo tempo na história da Igreja em Minas Gerais e no Brasil foi marcado com a criação da diocese de Mariana e a chegada de seu primeiro bispo. Com expressão poética e autenticidade histórica, diz Mons. Flávio: “De Mariana, irradiou-se para todos os horizontes mineiros o facho sagrado do Evangelho que civilizou, educou e engrandeceu a gente mineira. Em Mariana, se ergueram sólidos os umbrais da Religião Católica para os montanhese” (RODRIGUES, 2008, p. 20).

Dom Frei Manoel da Cruz (1748-1764) – Era bispo do Maranhão, da Ordem Cisterciense, Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, homem de comprovadas virtudes e reconhecida experiência, foi nomeado primeiro bispo de Mariana. Com 57 anos de idade, partiu de São Luís no dia 03 de agosto de 1747. A viagem foi longa e penosa, marcada por sofrimentos e enfermidade. Até surgiram boatos de que o Bispo tinha morrido. Um desses se originou de uma correspondência do governador do Rio de Janeiro solicitando ao rei que revogasse a criação da diocese de Mariana. Certamente, por trás das justificativas apresentadas se escondia o interesse pelas riquezas da região mineradora (SANTOS, 2010, p. 104).

Durante sete meses, enquanto aguardava que passasse a estação das chuvas, Dom Frei Manoel se deteve no Piauí. Seguiu depois pelo Rio São Francisco até encontrar o Rio das Velhas. Por alguns dias convalesceu num sítio localizado na freguesia de Itabira do Campo, atual Itabirito. Daí, seguiu para Vila Rica e finalmente chegou a Mariana. Entretanto, Dom Frei Manoel da Cruz já havia tomado posse de sua nova diocese no dia 27 de fevereiro de 1748, por meio de seu procurador Pe. Dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, vigário de Sabará, que governou a nova diocese até a chegada do bispo (VASCONCELOS, 2014, p. 82).

A entrada solene do primeiro bispo só se deu no dia 28 de novembro de 1748, em brilhante solenidade, considerada “a maior que já se viu em Mariana, pelo aparato de figuras e carros triunfantes e pelo concurso de gente que das mais longínquas paragens veio a ela assistir” (VASCONCELOS, 2014, p. 83). Nos oito dias que antecederam a cerimônia de entrada do bispo em Mariana, saíram por toda a capitania grupos anunciando as festas. De acordo com o relato do *Áureo trono Episcopal*, o bispo foi conduzido de liteira até a

capela de São Gonçalo, onde era aguardado pelas principais autoridades da capitania e representantes dos bispados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Aí se realizou a paramentação e, a seguir, a solene procissão até a catedral. O bispo montou num cavalo branco, todo coberto com tecido adamascado, guarnecido de galão e franjas de ouro. Abrindo o cortejo, vinham dois guiões de irmandades. A seguir, um *carro triunfante* com inscrições latinas exaltando as virtudes do novo bispo. Nesse carro vinham doze músicos que cantavam homenageando a chegada do bispo à cidade de Mariana. Em sequência, vinham onze figuras montadas em cavalos ricamente ornados. Cada cavaleiro era acompanhado por dois pajens, primorosamente trajados. Logo após entrava a dança de *carijós*, isto é, mestiços, que dançavam ao som de tambores e flautas tocadas por índios. Depois, vinha a *carroça imperial* puxada por sete cavalos. Na carruagem havia um grande dossel de damasco carmesim e nela estava um jovem vestido com capa pontifical e tiara de pedras preciosas, sentado em um trono exuberante. O figurante, que imitava o bispo, levava na mão direita uma cruz de ouro com oito palmos de comprimento e, na mão esquerda, um cálice e duas chaves pendurada em cordões de ouro. Na parte posterior da carruagem elevava-se um escudo com as armas e brasões da família de Dom Frei Manoel da Cruz, juntamente com um chapéu episcopal coberto de borlas de ouro. Precedidos por seu estandarte, vinham os vereadores, presididos pelo juiz de fora. Seguia o clero da diocese de Mariana e os cônegos das catedrais de São Luís do Maranhão e do Rio de Janeiro. No fim da procissão, vinha Dom Frei Manoel da Cruz, sob o pália, guarnecido por uma companhia de infantaria que marchava em duas alas. O cortejo seguiu pela Rua Nova, atravessou a ponte de São Gonçalo, entrou pela Rua Direita e estacionou na praça, onde fora erguido um grande palanque com toldo de damasco carmesim. Nesse local, o bispo foi saudado pelo vereador mais velho. Ao chegar à catedral, foi cantado o *Te Deum* e seguiu-se o ritual previsto. Ao término, as ordenanças deram salvas de tiros e executaram as cortesias militares. Acompanhado pela nobreza e pelo povo, o bispo saiu da catedral e seguiu para o seu palácio. Inicialmente, Dom Frei Manoel se instalou na casa onde residiu o Conde de Assumar (TRINDADE, 1928, p. 140). As festividades estenderam-se pela noite adentro. No dia seguinte, houve novamente Ação de Graças na catedral, com toda a assistência das autoridades civis (KANTOR, 1996, p. 89s).

As festividades que marcaram a entrada solene de Dom Frei Manoel da Cruz e instalação da diocese de Mariana perpetuaram-se em diferentes conjunturas históricas e diversos espaços geográficos, enraizando-se no continente americano e reproduzindo-se em

formas variadas KANTOR, 1996, p. 48). “A entrada triunfal de Dom Frei Manoel da Cruz na diocese de Mariana foi marcada por enorme expectativa e tensão. A instalação de um bispado em uma região disputada pelas suas riquezas minerais recém-descobertas representava múltiplas e tentadoras possibilidades de ascensão social, por meio de cargos e diversos negócios. Houve um impulso na geopolítica da colonização do sertão mineiro” (SANTOS, 2010, p. 288).

Dom Frei Manoel da Cruz, depois de um episcopado marcado por muitas lutas, contrariedades, sofrimentos e enfermidades, faleceu no dia 03 de janeiro de 1764 e foi sepultado na Sé de Mariana, junto ao altar-mor, e hoje seus restos mortais repousam na cripta dessa catedral.

Dom Joaquim Borges de Figueroa (1772-1773). Sete anos depois da morte de Dom Frei Manoel da Cruz, foi nomeado o segundo bispo de Mariana, que tomou posse por procurador. Porém, quando estava de partida para Mariana, foi transferido para o arcebispado da Bahia.

Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (1773-1779), O terceiro bispo, foi transferido de Macau, na China. Tomou posse por meio de procurador e administrou a diocese de Mariana, também por meio de procuradores, durante cinco anos e oito meses. A rainha de Portugal, Dona Maria I, exigiu que ele seguisse para Mariana ou renunciasse à diocese. Ele preferiu renunciar.

Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, (1779-1793). Era dominicano o quarto bispo de Mariana. Durante 16 anos Mariana não contou com a presença do bispo. Dom Pontével era “bom filósofo, orador insigne e valente teólogo, era digno da mitra por estes títulos e muito mais por suas distintas virtudes. Respeitável na presidência da Igreja, foi magnífico nas funções do verdadeiro culto. Foi o pai, não só o amigo da pobreza” (SANTOS, 2010, p. 110). Seu pastoreio foi marcado pela caridade especialmente para com crianças, órfãos, desvalidos e escravos. A Inconfidência Mineira aconteceu em seu governo pastoral. Viveu em Ouro Preto, onde faleceu, e foi sepultado na Sé de Mariana.

Dom Frei Cipriano de São José (1798-1817), franciscano, com cinquenta e dois anos de idade, foi nomeado quinto bispo de Mariana. Homem austero, fazia severas críticas à corte portuguesa. A nobreza que se sentia incomodada conspirou para afastá-lo. Para isso, por intermédio de seu confessor, a Rainha foi convencida a indicar esse frade como bispo

de Mariana (TRINDADE, 1928, Vol. I, p. 227). Tomou posse por procuração. Soube governar com energia, corrigindo muitos abusos implantados anteriormente, mas, manifestava grande mansidão em relação aos pequenos e humildes. Embora austero e grave, era muito afável com as pessoas simples. Ele mesmo ensinava o catecismo às crianças, dava-lhes roupas e repartia pequenos presentes. Pessoalmente ensinava aos mestres de cerimônia e abriu uma escola de canto litúrgico no palácio episcopal. Grande administrador, ornou o palácio com muitas obras de arte e construiu seus famosos jardins.

Dom Frei José da Santíssima Trindade (1820-1835). Nasceu na cidade do Porto, em Portugal, onde iniciou seus estudos no seminário daquela diocese. Veio para a Bahia, onde continuou seus estudos e, aos 16 anos, no convento de Santo Antônio, vestiu o hábito franciscano. Residia em Salvador quando foi surpreendido com sua nomeação como sexto bispo de Mariana (TRINDADE, 1928, Vol. I, p. 281). Foi ordenado bispo na capela real, no Rio de Janeiro. Muito se dedicou às crianças desvalidas e criou um orfanato para acolhê-las. Reabriu o seminário desativado há nove anos e reformou a catedral. Nessa época, são fundados os colégios do Caraça e de Congonhas. Foi nesse período que se deu a proclamação da Independência do Brasil. O bispo de Mariana foi convocado à Corte para a consagração do novo imperador. Ele era grande amigo de Dom Pedro I e o acolheu no palácio episcopal em 1831, por ocasião de sua visita a Mariana.

Conta-nos Dom Silvério que Pe. Antônio Ferreira Viçoso e seus companheiros, antes de partir para o Caraça, como souberam que se achava no Rio de Janeiro para ser sagrado o novo Bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade, não quiseram pôr-se a caminho, antes de receber sua bênção e suas ordens. Ouvindo que iam se estabelecer no Caraça, disse-lhes: Oh se fôsseis pra o meu calvário... Nesse calvário veio depois sentar-se o Padre Viçoso, não como substituto, mas como sucessor (PIMENTA, 1920, p. 25).

Com a morte de Dom Frei José, o regente Pedro de Araújo Lima nomeou por decreto o Padre Diogo Antônio Feijó para o bispado de Mariana. Essa nomeação não prosseguiu, pois, o próprio Padre Feijó, estava convencido de que a Santa Sé não confirmaria sua apresentação. Assim ao assumir a regência do Império, o próprio Padre Feijó não encaminhou a Roma a carta já assinada por Lima e Silva (TRINDADE, 1928, Vol. I, p. 368). Em lugar do Padre Feijó, foi nomeado então o Padre Carlos Pereira Freire de Moura, natural do Serro, que faleceu em São João del Rei, quando se dirigia ao Rio de Janeiro

para sua ordenação episcopal. O imperador Dom Pedro II apresentou então o nome do Padre Antônio Ferreira Viçoso, da Congregação da Missão (PIMENTA, 1920, p. 121).

O Venerável **Dom Antônio Ferreira Viçoso** (1844-1875). Nasceu em Peniche, Portugal, aos 13 de maio de 1787. Chegou ao Brasil com 32 anos. Foi eleito sétimo bispo de Mariana, depois de quase nove anos de sede vacante. Tomou posse por procuração. Foi ordenado bispo no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Empenhou-se heroicamente pelo bem da Igreja e dignidade do clero. Mostrou grande interesse pelo seminário e o entregou à direção dos Padres Lazaristas. Trouxe da França as irmãs Vicentinas que em Mariana assumiram o Colégio Providência, primeiro educandário feminino de Minas Gerais. Dom Viçoso era um grande defensor dos escravos, pobres e oprimidos. “A restauração da disciplina eclesiástica importaria naturalmente a transformação social. Mas o Sr. Bispo, revelando zelo e coragem sobre-humanos, atacou-as a ambas simultaneamente; porque a um tempo cuidou da reforma do clero e desenvolveu ação social maravilhosa” (TRINDADE, 1928, p. 393).

Morreu santamente com 88 anos, aos 07 de julho de 1875. Tramita em Roma o processo de sua beatificação. A Santa Sé já reconheceu suas virtudes praticadas em grau elevado e por isso ele já recebeu o título de Venerável. Dom Viçoso, “viva encarnação da fé, ministro incansável da caridade, mestre da lei divina, foi sem contestação o mais profícuo e bem-sucedido civilizador de Minas” (PIMENTA, 1920, p. 134).

Para suceder a Dom Viçoso, foi nomeado, por decreto imperial, o Cônego João Hygino Bittencourt. Mas, o Cônego apresentou sua recusa (TRINDADE, 1928, p. 465).

Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1877-1896). O oitavo bispo, nascido em Campos dos Goytacazes – RJ, bacharel em Ciências Físicas e Naturais, foi o primeiro brasileiro a ocupar a cátedra episcopal de Mariana, pois, os sete primeiros bispos eram portugueses. Ele havia sido nomeado para Goiás, mas foi removido para Mariana. “Dotado de vasta inteligência e muita ilustração, esse bispo honrou a sucessão de Dom Viçoso, derramando a mãos largas o bem que pode e sem faltar nenhuma linha sequer na pauta da caridade, cheia, como estava de instituições e obras pias” (PIMENTA, 1920, p. 138). Foi ele quem instituiu o retiro anual do clero. “Dom Benevides, um homem de vida puríssima, singelo nos modos, afabilíssimo e humilde” (PIMENTA, 1920, p. 139), era de família nobre, descendente dos fundadores do Rio de Janeiro. Conhecia e amava a música. Empenhou-se seriamente no amparo aos escravos.

“A administração de Dom Benevides foi das mais fecundas que essa diocese tem tido, sobretudo em obras espirituais e na restauração da disciplina eclesiástica” (TRINDADE, 1928, p. 477). Entre seus feitos, destaca-se a volta do Seminário Maior para Mariana, pois, havia cerca de trinta anos que o Seminário Maior funcionava no Colégio do Caraça (TRINDADE, 1928, p. 481). De pouca saúde, afetado por uma doença medular, sofreu por mais de doze anos. Veio a falecer no dia 15 de julho de 1896.

Dom Silvério Gomes Pimenta (1897-1906). O nono bispo diocesano, era filho desta diocese, nascido em Congonhas - MG, ex-aluno do Seminário de Mariana, onde foi recebido por seu padrinho Dom Viçoso, tornou-se ilustre pelo seu saber e santidade. Com a morte de Dom Benevides, de quem fora bispo auxiliar durante seis anos, Dom Silvério tomou posse como bispo diocesano no dia 09 de maio de 1897.

Iniciou os estudos em sua terra natal, com grande dificuldade por causa da situação de extrema pobreza de sua família. Muitas vezes ia para a escola em jejum. Depois de concluir os estudos em Congonhas, não podendo prosseguir em outra localidade, o jovem Silvério conseguiu um emprego como sapateiro. Um dia, ele escreveu a Dom Viçoso, seu padrinho, expondo-lhe a vontade de abraçar o estado clerical e sua impossibilidade de prosseguir nos estudos por causa de sua excessiva pobreza. Recebeu do bispo de Mariana a seguinte carta:

Meu afilhado Silvério Gomes Pimenta. Respondo a sua carta de 20 de agosto findo. Pode vir já para o Seminário. Aqui veremos em que se há de ocupar. O Sr. Padre Lima portador desta vai em um cavalinho até Suaçuí ou Brumado. De lá há de voltar o animal, e no mesmo você pode vir até aqui. Vão inclusos dez mil réis para alguma roupa de maior necessidade. Deus o acompanhe, e aqui o espero quanto antes. Não aperte muito com o cavalo para não afrouxar ou se machucar. Servo e Padrinho, Antônio, Bispo. Mariana, aos 2 de setembro de 1855 (TRINDADE, 1929, vol. III, p. 1280-1281).

Por mais de uma vez, Dom Silvério visitou toda a vastíssima diocese de Mariana. Empenhou-se admiravelmente na formação do clero, dando especial atenção ao seminário. Trouxe novas congregações religiosas para a diocese. Muito batalhou pela imprensa, com livros e jornais. Com muitas iniciativas, lutou para melhorar o patrimônio da arquidiocese, visando sobretudo a manutenção do seminário. Promoveu os Congressos Católicos Mineiros e convocou o Primeiro Sínodo Diocesano, do qual participaram 143 sacerdotes desta diocese. Reorganizou a Cúria, especialmente as sessões do arquivo e contadoria.

Exímio escritor e grande orador, foi membro da Academia Brasileira de Letras. O Papa São Pio X o condecorou com os títulos de Conde Palatino, Prelado Doméstico e Assistente ao Sólido Pontifício. Participou do Concílio Plenário Latino Americano, em Roma (1899) (TRINDADE, 1929, Vol. III, p. 1326). Por ser grande latinista, foi eleito um dos relatores e a ele foi confiada a redação das atas e dos cânones desse Concílio.

8. OS ARCEBISPOS

Dom Silvério Gomes Pimenta (1906-1922) foi constituído primeiro arcebispo de Mariana que fora elevada à categoria de Arquidiocese, pelo decreto *Sempiternum humani generis* da então Congregação Consistorial, datado de 1º de maio de 1906, tendo como sufragâneas as dioceses de Goiás, Diamantina e Pouso Alegre, e a solene imposição do pálio arqui episcopal e a instalação da Província Eclesiástica realizaram-se no dia 06 de agosto de 1907, em cerimônia presidida pelo Cardeal Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro, por ocasião do Sínodo dos Bispos das Províncias do Sul do Brasil, realizado em Mariana (TRINDADE, 1929, Vol. III, p. 1174).

Em 1909 falou-se em ser transferida a sede arqui episcopal de Mariana para Belo Horizonte, a nova capital do Estado de Minas Gerais. Dom Silvério se opôs a essa proposta que lhe fizera o Núncio Apostólico. Então, em 11 de fevereiro de 1921, foi criada a Diocese de Belo Horizonte, desmembrada da Arquidiocese de Mariana.

Dom Silvério exerceu o ministério episcopal em Mariana por 32 anos: 06 anos como bispo auxiliar, 10 como bispo diocesano e 16 como arcebispo metropolitano. Faleceu santamente no dia 30 de agosto de 1922.

Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1922-1960). O segundo arcebispo, nasceu em Anchieta – ES. Obteve o bacharelato em Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma. Depois de exercer várias funções na Congregação Salesiana, foi nomeado bispo de Corumbá - MS, pelo Papa Bento XV (SANTIAGO et al., 2007, p. 111). Mas ele declinou da nomeação. Foi depois nomeado bispo de São Luís do Maranhão. Em fevereiro de 1922, foi transferido para Mariana, como coadjutor com direito à sucessão de Dom Silvério. Como não lhe foi possível tomar posse com Dom Silvério ainda em vida, foi necessário

que, após a morte de Dom Silvério, sua sucessão fosse novamente formalizada. Sua entrada solene em Mariana se deu no dia 28 de novembro daquele mesmo ano. Recebeu do Papa Pio XI os títulos honoríficos de Conde Romano e Assistente ao Sólido Pontifício.

Por decreto da Congregação Consistorial, em resposta ao pedido de Dom Helvécio, com a anuência do primeiro bispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, foram alterados os limites entre as duas circunscrições: as paróquias de Nova Lima, Rio Acima, Paraopeba, Moeda, Cláudio, a quase paróquia de Ribeirão Vermelho e a capela de Tabocas passaram da arquidiocese de Mariana para a diocese de Belo Horizonte. As paróquias de Entre Rios e São Brás do Suaçuí passaram da diocese de Belo Horizonte para a arquidiocese de Mariana

Dom Helvécio possuía grande tino administrativo. Como à sua chegada a arquidiocese de Mariana contava com cento e sessenta paróquias, Dom Helvécio trabalhou imediatamente para a criação das dioceses de Juiz de Fora e Leopoldina. Construiu o Seminário Maior São José, vários colégios, hospitais e igrejas. Organizou na arquidiocese as foranias eclesiais e estabeleceu a Obra das Vocações Sacerdotais nas paróquias. Estimulou as associações religiosas, a catequese e os retiros espirituais do clero.

Como bom salesiano, empenhou-se decididamente na missão educadora. Criou as seguintes escolas: Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, Colégio Dom Helvécio de Ponte Nova, Escola Angélica de Coronel Fabriciano, Escolas Normais Nossa Senhora do Carmo de Caratinga e de Cataguases, Ginásio São João em São João del Rei e o Ginásio de João Monlevade. Em Anchieta – ES, sua terra natal, fundou a Escola Normal Maria Matos (educandário feminino) e o Instituto Padre Anchieta (educandário masculino).

Seu zelo em relação ao patrimônio histórico e artístico da arquidiocese de Mariana o levou a tomar atitudes enérgicas e inteligentes para coibir o tráfico de obras de arte religiosa. Certamente porque esta Arquidiocese abriga, em sua circunscrição, grande parte do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Dom Helvécio foi um dos mais empenhados na publicação da Carta Pastoral do Episcopado Mineiro sobre o Patrimônio Artístico, em 03 de maio de 1926. No dia 15 de maio de 1926, poucos dias após sua aprovação, Dom Helvécio determinou que essa Carta fosse levada ao conhecimento do Clero e dos fiéis da Arquidiocese de Mariana. No início da Carta Pastoral, os Arcebispos Metropolitanos e os Bispos sufragâneos das Províncias Eclesiais de Minas Gerais (na época, apenas três: Mariana, Diamantina e Belo Horizonte) explicitam que a referida

Carta tem por objetivo dirigir um apelo especialmente ao Clero e às Autoridades para que cuidem “com exatidão, desvelo, diligência e carinho do nosso patrimônio artístico em todas as suas modalidades”. Os Bispos de Minas admoestam, advertem e encorajam especialmente o Clero no que se refere à proteção e conservação dos bens culturais eclesiásticos em todas as suas expressões. Recordam as determinações do Concílio Plenário Latino-americano, realizado em 1915, onde os Bispos estabelecem que, sem sua autorização e licença por escrito, é proibido aos Párcos deslocar ou substituir altares artísticos, inutilizar ou modificar paramentos antigos, reformar ou alterar quaisquer imagens, vasos sagrados, alfaias ou objetos preciosos, que tenham notável valor por causa da arte, história ou matéria. O mesmo se diga com relação a construção, reformas ou ampliações de templos. Não faltam sábias orientações para a conservação dos livros de registros e assentamentos paroquiais e a conveniente organização dos arquivos eclesiásticos, bem como a elaboração de inventários ou catálogos das igrejas e irmandades. Como defensores do rico patrimônio mineiro, com firmeza e coragem, os Bispos reprovam o comércio de obras de arte “que tem levado o Estado de Minas Gerais a perder seu patrimônio histórico e artístico”. Em 1926, o Episcopado Mineiro já denunciava que muitos objetos de arte de nossas cidades “tenham ido, com grande satisfação de traficantes, que auferiram talvez lucros fabulosos, decorar suntuosos palácios ou aumentar preciosidades em museus até mesmo fora do nosso Brasil” ou foram parar nas mãos de colecionadores e ornar residências em tantas partes.

Dom Helvécio faleceu, em Coronel Fabriciano, no dia 25 de abril de 1960 e no dia seguinte foi sepultado na catedral de Mariana.

Dom Oscar de Oliveira (1960-1988). O terceiro arcebispo, nasceu em Entre Rios de Minas – MG, na arquidiocese de Mariana. Doutor em Direito Canônico, era professor, escritor e poeta. Foi nomeado bispo auxiliar de Pouso Alegre – MG e sua ordenação episcopal se deu na catedral de Mariana. No ano seguinte, foi nomeado bispo coadjutor e administrador “sede plena” da diocese de Pouso Alegre. Em 1959, foi transferido para Mariana como arcebispo coadjutor e administrador apostólico “sede plena”. Com a morte de Dom Helvécio, Dom Oscar se torna arcebispo metropolitano de Mariana.

Dom Oscar criou cerca de trinta paróquias; edificou escolas, hospitais, o prédio do Seminário Menor, onde atualmente se localiza a Comunidade da Filosofia e funciona a Faculdade Arquidiocesana de Mariana (FAM); construiu a cripta da catedral; mandou

restaurar o belo órgão da Sé e abriu quatro novos museus (de arte sacra, da música, do mobiliário e do livro); fundou a Rádio Emissora de Congonhas e o jornal “O Arquidiocesano”. Construiu a nova sede da Cúria Metropolitana e a atual Residência Episcopal; organizou pessoalmente o Arquivo Eclesiástico de Mariana; instituiu a Fundação Marianense de Educação - FME e a Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese – FUNDARQ; dotou a arquidiocese de uma sólida estrutura econômica e administrativa dinamizando o patrimônio improdutivo da arquidiocese e tornando-o rentável.

No campo da educação, importantes obras contaram com seu empenho. Entre elas destacam-se: Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, em Mariana; Ginásio Nossa Senhora das Brotas, em Entre Rios de Minas; Ginásio Estadual Dom Silvério, em Mariana e a Faculdade de Filosofia de Mariana da Universidade Católica de Minas Gerais. Teve importante atuação na implantação, em Mariana, de cursos da Universidade Federal de Ouro Preto, que deram origem ao atual Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Mariana (ICHS).

Marcante foi sua atuação em favor dos desamparados, doando terras da arquidiocese para a construção de mais de 130 casas populares na cidade de Mariana. Com seu apoio foi fundado em Mariana o Hospital Monsenhor Horta.

Foi pastor amigo e zeloso. Especial atenção dedicou ao clero e ao seminário. Realizou sete visitas pastorais a cada paróquia. Celebrou o rito solene da dedicação da catedral no dia 15 de julho de 1963. A seu pedido, o Papa Paulo VI, pelo Breve Pontifício *Erga almam Deiparam*, elevou a Catedral de Mariana à categoria de Basílica Menor.

Dom Oscar participou do Concílio Ecumênico Vaticano II. Tornou-se arcebispo emérito em 1988. Faleceu em sua terra natal, aos 23 de fevereiro de 1997 e foi sepultado na cripta da Sé de Mariana.

O Servo de Deus **Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida** (1988-2006). O quarto arcebispo de Mariana nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1930. Jesuíta, foi ordenado bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo, em 02 de maio de 1976. Em 28 de maio de 1988, tomou posse como quarto arcebispo de Mariana.

Foi Secretário Geral da CNBB por dois mandatos consecutivos e depois seu presidente em também em dois mandatos sucessivos; membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz; 1º Vice-presidente do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM.

Doutor em Filosofia, era possuidor de brilhante inteligência, prodigiosa memória e extraordinárias virtudes, entre as quais brilham sua caridade, atenção a todos e amor aos pobres. Entre suas muitas iniciativas pastorais destacam-se a reestruturação dos serviços de atendimento pastoral e social; recuperação do acervo histórico, artístico e cultural; maior investimento nos Meios de Comunicação Social; formação e participação dos leigos na vida da Igreja; multiplicação dos serviços e casas de atendimento aos idosos, crianças, jovens, homens do campo, dependentes químicos, pessoas carentes e portadoras de deficiência; criação das cinco regiões pastorais; organização do Centro Pastoral Arquidiocesano e dos Centros Pastorais Regionais; realização anual de assembleias pastorais; encontro anual dos presbíteros e diáconos; organização e nova configuração dos conselhos; organização das pastorais; planos arquidiocesanos de evangelização.

Muito se empenhou na formação sacerdotal: reestruturou as casas de formação; investiu na qualificação dos formadores do seminário; construiu novas dependências para abrigar o Ensino Médio e o Curso Propedêutico; criou a Faculdade Arquidiocesana de Mariana – FAM e introduziu o Diaconato Permanente na Arquidiocese de Mariana.

Dom Luciano participou de muitos Sínodos dos Bispos e teve atuação destacada na CNBB e nas Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e Caribe, em Puebla (México) e em Santo Domingo (República Dominicana).

Com a saúde muito abalada, faleceu em São Paulo no dia 27 de agosto de 2006, e no dia 29 foi sepultado na catedral de Mariana. Seu processo de Beatificação e Canonização foi iniciado no dia 27 de agosto de 2014, quando, para esse fim, foi instalado o Tribunal Eclesiástico.

Dom Geraldo Lyrio Rocha (2007 - 2018). O quinto arcebispo de Mariana nasceu em Fundão - ES, aos 14 de março de 1942. No dia 14 de março de 1984 foi eleito bispo auxiliar da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo e sua ordenação episcopal se realizou no dia 31 de maio do mesmo ano. Em 15 de julho de 1990, tomou posse como primeiro bispo da diocese de Colatina - ES e em 17 de março de 2002, assumiu a arquidiocese de Vitória da Conquista - BA, como seu primeiro arcebispo. No dia 23 de

junho de 2007, tomou posse como arcebispo de Mariana, em solenidade presidida pelo Núncio Apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri.

Como bispo, desempenhou as seguintes funções: No Regional Leste 2 da CNBB, foi responsável pelo Setor Clero, Vocações e Ministérios e pela Liturgia; Vice-Presidente do mesmo Regional; Presidente do Regional Nordeste 3. Na CNBB foi Responsável pela Liturgia, em dois mandatos consecutivos; Membro do Conselho Econômico; Membro do Conselho Permanente; Presidente da CNBB; delegado à Conferência de Santo Domingo e delegado da CNBB junto ao CELAM. Eleito pela CNBB e confirmado pelo Papa, participou dos Sínodos para a América (1997), sobre a Eucaristia (2005), sobre a Palavra de Deus (2008), sobre a Nova Evangelização (2012) e sobre a Família (2015). No CELAM, foi membro do Departamento de Liturgia, em dois mandatos; Presidente do mesmo Departamento, 2º Vice-Presidente do Conselho Episcopal Latino-americano e membro *ex officio* da Conferência de Aparecida. Na Santa Sé, foi delegado da CNBB junto à Comissão Pontifícia para os Congressos Eucarísticos Internacionais e Membro da Pontifícia Comissão para a América Latina – CAL.

Dom Airton José dos Santos (2018 -), Nasceu em Bom Repouso, no Sul de Minas, aos 25 de junho de 1956. Em 1964, com sua família, passou a residir em São Bernardo do Campo - SP. Em 1967, mudou-se para Santo André - SP. Em 1979, ingressou no Seminário daquela Diocese.

De 1979 a 1981, fez os estudos de Filosofia nas Faculdades Associadas do Ipiranga, em São Paulo, obtendo o título de Bacharel em Filosofia e 1982, obteve a Licenciatura Plena e ingressou no curso de Teologia da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, também no Ipiranga, em São Paulo.

Foi ordenado diácono no dia 31 de agosto de 1985 e presbítero aos 8 de dezembro do mesmo ano. Em março de 1986, iniciou seu ministério sacerdotal como Vigário Paroquial da Paróquia da Imaculada Conceição na cidade de Diadema - SP. Em 1987 foi nomeado para o cargo de Diretor e Formador na Casa Formação dos Seminaristas da Filosofia do Seminário Diocesano de Santo André, permanecendo neste encargo até o final do ano de 1997.

De 1986 a 1997, também exerceu outros serviços na Diocese: Vigário Regional da Região Pastoral de Diadema; Coordenador da Pastoral Vocacional Diocesana;

Administrador Paroquial da Paróquia da Imaculada Conceição, em Diadema; Coordenador da Pastoral Familiar; membro do Conselho Presbiteral e do Colégio dos Consultores.

Em 1998, foi destinado para estudos de Especialização em Roma, residindo no Pontifício Colégio Pio Brasileiro, no período de agosto de 1998 a junho de 2000, conseguindo o título de Mestre em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma.

No mês de outubro de 2000, foi nomeado para ocupar o encargo de Chanceler do Bispado de Santo André e, em setembro do mesmo ano, para o encargo de Ecônomo da mesma Diocese. No dia 18 de março de 2001, foi nomeado Pároco da Catedral de Santo André.

No dia 19 de dezembro de 2001 foi nomeado pelo Papa João Paulo II, Bispo Titular de *Phelbes* e Auxiliar para a Diocese de Santo André. Foi ordenado Bispo, no dia 2 de março de 2002, por Dom Décio Pereira. Aos 4 de agosto de 2004, foi nomeado bispo diocesano de Mogi das Cruzes - SP, tomando posse no dia 26 de setembro do mesmo ano.

No dia 15 de fevereiro de 2012 o Papa Bento XVI o elevou à dignidade arquiépiscopal, sendo nomeado arcebispo da Arquidiocese de Campinas - SP, tomando posse em 15 de abril do mesmo ano.

No dia 10 de junho de 2015, foi eleito presidente do Regional Sul 1 da CNBB, para o quadriênio 2015-2019.

Em 25 de abril de 2018 foi nomeado arcebispo de Mariana, tendo tomado posse no dia 23 de junho do mesmo ano.

9. OS BISPOS AUXILIARES

Dom Silvério Gomes Pimenta foi bispo auxiliar de Dom Benevides, de 1890 a 1896. Por razão de enfermidade, Dom Benevides confiou-lhe o governo da diocese.

Dom Modesto Augusto Vieira foi bispo auxiliar de Dom Silvério, entre os anos 1914-1916.

Dom Daniel Tavares Baeta Neves, foi bispo auxiliar de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, de 1947 a 1958.

CONCLUSÃO

É extraordinariamente rica a história da Arquidiocese de Mariana. Imenso é seu patrimônio histórico, cultural e artístico. Mas, o mais precioso é seu patrimônio religioso e de fé constituído ao longo de quase três séculos. A *implantatio ecclesiae* aqui se fez de maneira sólida, profunda e consistente. Sem dúvida, muitos são aqueles que ajudaram a escrever a bela história desta Arquidiocese. É incontável o número daqueles que se doaram, mesmo no anonimato, a esta venerável Igreja particular: presbíteros, diáconos, religiosos (as) leigos e leigas.

Sem dúvida, os bispos têm papel relevante e decisivo na configuração do perfil de cada Igreja particular, por força de seu próprio ministério. Aliás, na sucessão ininterrupta, na comunhão com o Sucessor de Pedro, eles garantem a apostolicidade da Igreja particular. As referências aos bispos não significam que se pretenda reduzir a eles a rica história da Igreja e a menção especial a cada um deles não é menosprezo pelos demais membros do povo de Deus que honram esta porção querida do Rebanho de Cristo.

BIBLIOGRAFIA

KANTOR, Iris. *Pacto Festivo em Minas Colonial*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

PIMENTA, Silvério Gomes. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso: Bispo de Mariana e conde da Conceição*. Mariana: Tipografia Arquiepiscopal, 1920.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Guia Geral da Arquidiocese de Mariana*. Mariana: Dom Viçoso, 2008.

SANTOS, Patrícia Ferreira. *Poder e Palavra*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010.

TRINDADE, Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: Subsídios para a sua história*. 1. ed. Mariana: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928-1929. V. 1, 2, 3.

VASCONCELOS, Diogo. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

AA.VV. *Igreja de Mariana: 261anos de história, 100 anos como Arquidiocese 1906-2006*. Mariana: Dom Viçoso, 2007